

PROJETO PEDAGÓGICO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Rosimar Bortolini Poker; Eliane Tendolini. (Departamento de Educação Especial - FFC/Unesp Marília). Eixo Temático: A Formação Docente na Perspectiva da Inclusão.

O Projeto Político Pedagógico pode ser entendido como um elemento norteador das ações educativas, o qual se vincula a um projeto histórico social, trazendo uma forma específica da escola compreender o seu papel na sociedade.

Pensar o papel político e pedagógico que a escola cumpre no interior de uma sociedade historicamente situada, dividida em classes sociais, dentro de um modo de produção capitalista implica em reconhecer a educação como um ato político, que possui uma intencionalidade e contraditoriamente, contribui ou para reforçar o modelo de sociedade, sua ideologia, a cultura e os saberes que são considerados relevantes para os grupos que possuem maior poder, ou para desvelar a própria forma como a escola se articula como a sociedade e seu projeto político, constituindo-se num espaço emancipatório.

Compreender o papel político da escola, a forma como ela contraditoriamente se vincula a um determinado projeto de sociedade, é fundamental para discutir a importância e o significado que o Projeto Político Pedagógico assume na organização do trabalho pedagógico escolar.

Todo projeto político pedagógico possui uma intencionalidade, é ele quem indica um norte, um rumo para a escola, retratando a cara da escola, sua identidade como é compreendido por OLIVEIRA (2004). O projeto político pedagógico da escola é por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola.

O termo Projeto Político Pedagógico nasce nos anos 80, com o intuito de se contrapor a uma visão burocrática e técnica e afirmar a natureza política do Projeto. VEIGA (2000) considera três pontos básicos na especificidade do projeto. Primeiro, o projeto é uma antecipação do futuro, que deve orientar e conduzir nossa ação do presente; segundo, possui uma dimensão utópica, uma idéia a transformar-se em ato, o que reforça o caráter político da educação, valorizando o papel do projeto político voltando

para o desenvolvimento de um projeto histórico de transformação social; terceiro, quando concebido, desenvolvido e avaliado como uma prática social coletiva, possibilita a pertença, a identidade com a proposta.

De acordo com SEVERINO (1998) o Projeto constitui-se em um conjunto articulado de propostas e programas de ação delimitados, planejados, executados e avaliados em função de uma finalidade que se pretende alcançar e que é previamente delineada mediante a representação simbólica dos valores a serem efetivados. Ele é um processo de trabalho coletivo da escola, deve ser reconstruído e vivenciado constantemente por todos os envolvidos com o processo educativo escolar em um processo de permanente reflexão e discussão dos problemas, das propostas, da organicidade e da intencionalidade da escola. Desse modo, subsidiará a organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho educativo na sala de aula.

Para VEIGA (1995) o projeto político pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade, buscando assim, a organização do trabalho pedagógico na sua globalidade.

VEIGA (2000), concebe o projeto como uma totalidade articulada decorrente da reflexão e do posicionamento a respeito da sociedade, da educação e do homem, como uma proposta de ação político-educacional e não um artefato técnico, pois o que dá clareza ao projeto político pedagógico é sua intencionalidade.

Na construção do projeto educacional nos deparamos, portanto com a necessidade de respondermos: Para que queremos a escola? Que cidadãos e que sociedade queremos formar? O que a escola vai trabalhar? Como será o seu trabalho pedagógico? Estas perguntas nos fazem assumir uma clara direção de projeto de sociedade que queremos construir, dos sujeitos que queremos formar que seja nossa escola, quais conhecimentos e qual cultura ela vai valorizar no seu trabalho educativo, como ela vai trabalhar com o saber de experiências construído pelos educandos e educadores, que relação ela vai estabelecer com a comunidade onde se insere, como os diferentes atores sociais vão participar da construção e organização do trabalho pedagógico escolar.

É importante termos clareza da intencionalidade de que o projeto expressa que é a identidade da escola. Essa intencionalidade só pode ser percebida na totalidade da ação educativa da escola. Na sua práxis, onde ela assume os fundamentos teóricos e epistemológicos de sua ação educativa, expressa na sua prática cotidiana. Muitas vezes a escola constrói o seu projeto como mera formalidade e nele acaba colocando referenciais teóricos metodológicos vinculados a uma concepção progressista a qual a escola não condiz.

A partir desse aparato teórico fica claro a importância da consciência do papel influenciador do projeto político pedagógico para a consolidação de uma educação efetivamente inclusiva nas escolas.

A educação inclusiva constitui-se em um projeto pedagógico de democratização de acesso ao conhecimento independente de etnia, credo, cor, origem, deficiência, sexualidade. Compromete-se com a transformação político-social, com a qualidade de ensino e de vida dos educandos, considerando-os como seres históricos concretos.

Segundo Mantoan (2006) a questão da educação inclusiva merece um entendimento mais profundo da questão de justiça. A escola justa e desejável para todos se sustenta unicamente no fato de os homens terem os mesmos direitos. É nesse sentido que Garcia (2003) nos relata que é preciso adentrarmos na escola, e aprendermos a olhar a sua prática pedagógica cotidiana, onde ela recebe ou rejeita sujeitos, crianças, jovens e adultos.

É fundamental ter clareza de que a escola, como uma instituição histórica e cultural, pela forma como se organiza, como distribui seus tempos e espaços, pelos saberes e práticas culturais que legitima ou silencia, marca os sujeitos que nela interagem e reforça ou contesta um projeto histórico social.

Diante dessa realidade é que a educação inclusiva vem se inserindo e tentando fazer valer o direito de sujeitos destoantes, diferentes do meio escolar, ou seja, alunos com necessidades educacionais especiais.

A política atual defende e aponta de forma explícita a inclusão escolar. Isso pode ser constatado pela legislação nacional que sustenta e subsidia a organização dos sistemas educacionais no país.

A Constituição Federal do Brasil (1988) aponta que a educação é direito de todos, que o ensino deve ser ministrado com princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, com

garantia de atendimento de educação especial preferencial na rede regular, onde se tenha o pleno desenvolvimento da pessoa e a universalização do atendimento escolar.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – 1990) também prevê a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, salienta o direito ao atendimento educacional especializado a pessoas com deficiências, assegurando trabalho protegido para esses adolescentes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) coloca a escola em lugar de destaque com o objetivo pleno de desenvolvimento do educando, preparando-o para o exercício de cidadania e qualificação para o trabalho, deixando claro que o ensino especial é uma modalidade e deve ser perpassado por todos os níveis de ensino, sendo a classe regular o lugar em que preferencialmente o aluno com Necessidades Educacionais Especiais deve estudar.

O Plano Nacional de Educação (2001) prevê padrões mínimos de infra-estrutura das escolas para atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, além de estabelecer outras metas e objetivos para tal alunado.

As Diretrizes Curriculares da Educação Especial na Educação Básica (2001) afirma que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (RESOLUÇÃO CNE/ CBE Nº 02/2001).

Bueno (2008) enfatiza que antes mesmo da bandeira da inclusão no Brasil ser levantada, na década de 90, já havia preocupação com a inserção escolar de determinados tipos de alunos com deficiência. Entretanto, tal movimento se deu de forma gradativa e pouco estruturada.

Sobre a inclusão educacional e a construção de um sistema educacional inclusivo, Oliveira (2004) afirma que a proposta de uma educação inclusiva pode caracterizar-se como uma nova possibilidade de reorganização dos elementos constituintes do cotidiano escolar, uma vez que, para tornar-se inclusiva e atender as diferenças de seus alunos, há de se pensar num novo projeto pedagógico: flexível, aberto, dinâmico. Projeto capaz de envolver toda a comunidade escolar e ousar na busca de novas relações educativas. [...] Falar em uma educação inclusiva é, exatamente,

tocar nesses aspectos nevrálgicos da organização. Estrutura e funcionamento de todo o nosso sistema educacional. (OLIVEIRA, 2004,p. 79-80).

Assumir, portanto, uma proposta emancipatória do projeto político pedagógico, que passa por construir uma prática pedagógica de inclusão, requer, entre outros elementos, que os educadores e a equipe pedagógica conheçam a realidade social em que atuam, compreendam seus determinantes. Esses são caminhos que nos levarão para a construção de uma educação inclusiva de fato.

Segundo Freire (2000) uma das virtudes do educador democrático é saber ouvir as diferentes vozes com suas linguagens específicas, construídas a partir de um contexto sócio-cultural, o que implica em saber silenciar, em estar imerso na experiência histórica e concreta dos educandos, mas nunca imerso de forma paternalista, de modo a falar por eles mais do que verdadeiramente ouvi-los.

Segundo Garcia (2003), construir um projeto político pedagógico, numa perspectiva inclusiva, exige:

(...) reorientar radicalmente o currículo, em todos os seus aspectos, desde a organização das turmas, a escolha de cada professor ou professora para cada grupo de alunos, o horário de aula, a seleção dos conteúdos culturais que na escola ganham o nome de conteúdos pedagógicos, a escolha dos materiais didáticos, das metodologias e didáticas, ao tipo de relação que se dão na sala de aula e no espaço fora da sala de aula, a relação da escola com as famílias dos alunos e com a comunidade circundante e até a repensar a avaliação em suas conseqüências nas vidas dos alunos. A reorientação curricular leva a um novo projeto político pedagógico orientado por uma visão intercultural que acolha todas as etnias, contribuindo assim para que a escola se torne efetivamente uma escola inclusiva, sintonizada com um projeto de sociedade mais democrática e, portanto inclusiva. (GARCIA , 2003, p.8).

Diante de tal fundamentação teórica, o objetivo geral da presente pesquisa é identificar, por meio da análise do projeto político pedagógico, se as escolas estão atendendo aos princípios de uma educação inclusiva e se estão planejando ações para atender às necessidades dos alunos com deficiências.

A análise de cada projeto baseou-se em critérios de elegibilidade construídos a partir de estudos a respeito dos indicadores de uma escola inclusiva. São eles: se a escola aponta no projeto ações que garantam a igualdade de oportunidades; se faz uso da adequação curricular; se usa material pedagógico adaptado; se tem apoio pedagógico para alunos com deficiência; se tem estrutura física adequada para todos os alunos; se há redução de número de alunos em algumas salas; se houve a preocupação com a capacitação de professores; se a escola tem assessoria técnica pedagógica; se a escola usa metodologia diferenciada; se tem intérprete para alunos surdos; se oferece curso de LIBRAS; se tem sala de apoio pedagógico ou sala de recursos; se tem parcerias com centros de atendimento especializado que ofereçam atendimento para alunos com deficiência.

Antes de iniciar as análises de cada projeto político pedagógico apresentaremos as escolas selecionadas com um quadro demonstrando seus respectivos alunados.

As escolas foram selecionadas a partir das informações e permissão da Secretaria de Educação do município de Marília/SP. A pesquisa deu-se nas escolas de ensino fundamental (séries iniciais) que continham um maior número de crianças com deficiências. São elas:

Escola	Número de alunos	Número de alunos com deficiências	Tipo de deficiência
A	640	6	DM
B	500	7	TC, DA, DM
C	727	3	DA, DF, DM
D	477	11	DA, DF
E	490	7	AG, DM
F	680	10	TC, DA, DF, DM, DV

Entende-se por 'Tipo de deficiência': DM - deficiência mental, DA - deficiência auditiva, DF - deficiência física, DV - deficiência visual, TC – transtorno de comportamento, AG – atraso global.

Nesta tabela está indicado o número total de alunos e de alunos com deficiência, bem como o tipo de deficiência presente em cada unidade

escolar. Há 44 alunos com deficiência espalhados por essas 6 escolas do município.

A escola “A,” que atende 6 alunos com deficiência mental, tem um projeto pedagógico que aponta como princípio um trabalho pedagógico que não se baseia em um modelo pronto e acabado, ressaltando a importância de uma escola flexível. Tal aspecto é importante para a construção de uma escola inclusiva, conforme já explicitado na literatura anteriormente.

Há um item que propõem brevemente um plano de trabalho individual para os alunos que apresentarem necessidades educacionais especiais. No entanto, o mesmo não explicita como deve ser realizado o acompanhamento desses alunos, nem a forma pela qual pretendem atingir os objetivos educacionais para o desenvolvimento das crianças. Outros princípios presentes nesse projeto que são fundamentais para a consolidação de uma escola inclusiva são: o respeito às diversidades sócio-culturais, o conhecimento e valorização das peculiaridades do indivíduo, a compreensão da cidadania como participação política e social assim como o exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, e também utilizar as diferentes linguagens como meio para produzir, expressar e comunicar suas idéias, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação. Tais princípios condizem com o critério de igualdade de oportunidade.

Consta ainda nesse documento analisado um projeto intitulado “Acompanhamento dos alunos com dificuldades ou defasagens educacionais – Estudo de Caso”, que visa diagnosticar e intervir nos casos de defasagem e dificuldades de aprendizagens. Tal ação demonstra que há uma metodologia diferenciada na escola para os alunos que precisam. Além disso, a escola conta com orientação e atendimento de alguns alunos por profissionais ligados a área da educação especial da Unesp de Marília e do Núcleo de Apoio Psicopedagógico. Tem, portanto, uma assessoria técnica pedagógica. Observa-se assim que a escola demonstra preocupação em atender da melhor forma possível os alunos com deficiência.

Dentro das prioridades da escola encontra-se presente o acompanhamento dos alunos com dificuldades ou defasagens educacionais. Está previsto no projeto da escola que durante os HECs (Horários de Estudo em Conjunto), serão reservados momentos para leitura e levantamento de questões sobre essa temática.

Não consta no projeto da escola o uso de material adaptado, salas de

apoio, números reduzido de alunos por sala, formas de capacitação dos professores. Sobre capacitação são referidos apenas possíveis textos trabalhados nos encontros no Horário de Estudos em Conjunto.

O Projeto Pedagógico da escola “B”, que atende 7 alunos com deficiência, dentre as quais transtorno de conduta, deficiência auditiva e deficiência mental, consta que nas salas que tem alunos com tais necessidades educacionais especiais, o número de aluno é reduzido. Ainda assim essas salas chegam a ter trinta alunos. Isso se justifica em função da demanda dos alunos na escola que é demasiada alta para o número de salas.

Nos horários de estudos (HEC) realizados na escola, um dos objetivos referidos é a viabilização de palestras e oficinas com profissionais especializados, mas não se explicita quais serão esses profissionais e nem os temas que irão tratar.

Não há outras informações no projeto da escola, que indique planejamento de ações para promover uma educação inclusiva. Mesmo tendo um aluno com deficiência auditiva não é citado no projeto político pedagógico se a presença de um intérprete nas aulas, e nem capacitação em Libras para os professores. Isso pode demonstrar que a escola não está se preocupando com a acessibilidade curricular do aluno com surdez.

No projeto da escola “C” consta a presença de 3 alunos com deficiência: um com surdez, um com deficiência física, e um com deficiência mental. Em seu Projeto Político Pedagógico, conseguimos identificar que não há qualquer menção no oferecimento de capacitações para professores. Outro aspecto presente no projeto é que os professores podem permanecer ministrando aulas na mesma série por vários anos. Tal ação é justificada para evitar trabalho ao professor mas, em relação à proposta de uma educação inclusiva pode ser prejudicial porque os professores, de acordo com a proposta, deveriam assumir as séries atendendo às necessidades dos alunos.

A escola se caracteriza como um espaço de formação integral dos alunos, enquanto espaço de conhecimento, espaço de relacionamento, espaço vivido não só pelos alunos, procurando integrar toda a comunidade escolar, construindo assim suas relações sociais e se apropriando do saber historicamente construído.

No projeto político aponta-se uma metodologia que considera o

conhecimento do aluno e que, a partir dele, inicia-se o processo de construção do saber sistematizado. Entretanto, não cita nenhuma outra metodologia diferenciada que será utilizada pela escola, especificamente para os alunos com deficiência física, mental ou auditiva.

A respeito da educação inclusiva, é citado no projeto que a escola ainda está em processo inicial de adaptação e que pretende buscar suporte teórico, prático e material que favoreça e viabilize a inclusão dos alunos com necessidades especiais. Essa é a única referência que o projeto faz a respeito de uma educação inclusiva, sendo, portanto ainda muito superficial a configuração de ações inclusivas, mesmo tendo 3 alunos com diferentes tipos de deficiências.

A escola “D” é a que, dentre as escolas pesquisadas, tem o maior número de alunos com deficiência, ou seja, 11 alunos. Há alunos com deficiência física e com deficiência auditiva. Consta no projeto que a escola pretende realizar grupos de reforços para sanar as defasagens do conteúdo, bem como projetos de recuperação paralela em sala de aula. Dentro do seu quadro de ações propostas, há no item de valores éticos, a preocupação em transmitir valores como o respeito mútuo, dignidade, com o intuito de promover a superação de preconceitos e discriminação. Entretanto dentro dos seus projetos específicos não há menção alguma a respeito de ações para os alunos com deficiência.

Mesmo tendo alunos com deficiência física, o Projeto não aponta nenhuma adequação do espaço físico ou instalação interna.

No corpo docente da escola estão presentes duas professoras com a habilitação em deficiência auditiva, o que é algo significativo visto que na escola há nove alunos com esta deficiência. Mas, vale ressaltar que, não são necessariamente tais professores que atuam com esses alunos. Também não é citada a presença de intérpretes ou mesmo o oferecimento de cursos de Libras.

Dentro do Plano Anual de Desenvolvimento da Escola, há em seus objetivos um item que ressalta “Favorecer o processo de inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais” em que é explicitado que as metas para atingir tais objetivos é a de ampliar o acesso e a permanência desses alunos na escola. Consta no documento a descrição de como serão realizadas essas ações, ou seja, por meio da orientação junto aos professores de como trabalhar com esses alunos; garantia de no máximo

vinte e cinco alunos nas turmas em que estão os alunos com deficiência; parcerias com sala de recursos da educação especial; parceria com o Núcleo de Atendimento Psicológico e a parceria com faculdades. Para realizar essas ações a escola coloca como responsável toda a equipe escolar, e avalia a proposta por meio da análise da pasta de produção, caderno e outros instrumentos de avaliação, também por reuniões com os familiares para discussão de avanços e ações, além da observação da interação dos alunos com necessidades especiais com os membros da Unidade Escolar.

Esse quadro que é descrito pela escola contempla parte dos princípios que norteiam uma escola inclusiva oferecendo mínimas condições para que seus alunos com deficiência tenham acesso ao conhecimento.

Nos Horários de Estudos em Conjunto, encontra-se disposto no projeto a avaliação do processo de aprendizagem dos discentes. Nas ações previstas há o desenvolvimento de oficinas que atendam as necessidades dos docentes para atingir as metas contidas no Plano de Desenvolvimento da Escola.

Nos recursos materiais de apoio às ações pedagógicas encontra-se uma vasta lista, porém nenhum material pedagógico adaptado, mesmo tendo muitos jogos da lista que podem ser utilizados pelos alunos com deficiência.

Dentro das ações do Plano de Trabalho da Professora Coordenadora, há um item voltado para a colaboração na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

A escola "E" tem 7 alunos com deficiência, sendo alguns com Transtornos Globais do Desenvolvimento e outros com Deficiência Mental. A caracterização da escola foi bem descrita, evidenciando sua identificação em relação aos aspectos sociais, culturais e econômico.

Em seu projeto político pedagógico a escola aponta os princípios de uma escola inclusiva, demonstrando preocupação com o desenvolvimento dos seus alunos com deficiência.

No projeto não consta a utilização de adequação curricular para os alunos que necessitam desse instrumento para melhorar o acesso ao ensino sistematizado.

Quanto a capacitação de professores, o Projeto aponta que ocorre por meio dos cursos oferecidos pela Secretaria de Educação do município.

Não há menção no Projeto sobre a utilização de metodologia

diferenciada para os alunos com deficiência.

Na escola “F” que contém 10 alunos com deficiência dentro os quais alunos com transtorno de conduta, deficiência auditiva, deficiência física, deficiência mental e deficiência visual.

Apesar de ter alunos com deficiência física, no Projeto da escola não consta adequações do espaço físico ou mesmo de material.

A escola analisa que seus objetivos devem ser repensados, retomados, avaliados constantemente, para que o conhecimento esteja sempre atualizado com as necessidades que a escola possa vir a se deparar, demonstrando assim um projeto flexível. Aos que apresentam necessidades especiais à escola compromete-se a buscar um conhecimento teórico para poder estar suprindo as mesmas, e oferecendo oportunidades iguais de acesso ao conhecimento.

Em seu projeto a escola destaca que trabalha com alunos com necessidades educacionais especiais e que procura assessoria pedagógica, junto a uma faculdade e ao Núcleo de Apoio Psicopedagógico. No Projeto não consta nenhuma metodologia diferenciada, mas aponta que se compromete em reduzir o número de alunos nas salas em que se encontram os alunos com deficiência.

Também consta no documento que a escola já realizou algumas adequações curriculares, mas ainda não beneficiou todos os alunos que necessitam deste tipo de modificação. Não há qualquer citação sobre a necessidade de intérpretes, capacitação de professores em Libras ou mesmo compra de materiais adaptados para alunos com deficiência visual.

A partir da análise realizada é possível concluir que todos os Projetos Pedagógicos apresentam em seu referencial teórico, os princípios fundamentais que norteiam uma educação inclusiva, porém, fica claro, que tais princípios ainda não se converteram em ações efetivas a serem implementadas pela escola.

Os planos individualizados de ensino, ou adequações curriculares, que constituem em um dos instrumentos que poderiam propiciar a acessibilidade curricular para os alunos com deficiência, ainda não foram incorporados pela maioria das escolas. Segundo o documento intitulado Saberes e práticas da inclusão (2003, p.34), promulgado pelo Ministério da Educação, as “adequações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos”.

Outro aspecto refere-se aos materiais e recursos adaptados específicos para o atendimento dos alunos com deficiência. A maior parte das escolas não cita a necessidade de aquisição de recursos visuais, recursos auditivos ou mesmo máquina braille, computador, etc. As escolas que atendem os alunos surdos não citaram a importância do intérprete e nem mesmo da disseminação da Libras na comunidade escolar.

Em síntese, foi possível constatar com a análise realizada que há um número significativo de escolas atendendo alunos com deficiência e que o Projeto Político Pedagógico pode se constituir em um instrumento efetivo para reflexão, planejamento e avaliação de ações inclusivas. No entanto é imprescindível que tal Projeto seja pensado e construído com a participação da comunidade escolar, e durante sua implementação atenda às necessidades educacionais especiais de todos os alunos.

Entretanto, uma educação inclusiva não se faz apenas por profissionais especializados, mas sim por todos os profissionais da educação. Tal conscientização ainda está em processo e depende do envolvimento de todos os agentes da educação, especialmente dos gestores.

Referências Bibliográficas:

BUENO, J. G. S, As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial? In: MENDES, G. M. L; SANTOS, R. A. dos . Deficiência e escolarização: novas perspectivas e análise. Araraquara, SP: Junqueira&Marin; Brasília, DF: CAPES, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução SCN/CBE Nº 0/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001.

FREIRE, P. Educação na Cidade. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GARCIA, R. L. Desafios de uma escola que tenta incluir numa sociedade excludente. In: Anais do II Seminário internacional Educação Intercultural, gênero e Movimentos Sociais. Florianópolis SC, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC, 2003.

MONTOAN, M. T. E. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: ARANTES, V. A. Inclusão escolar. São Paulo: Sumus, 2006.

OLIVEIRA, A.A. S. Formas de organização escolar: desafios na construção

de uma escola inclusiva. In: OMOTE, S. Inclusão: intenção e realidade. Marília: Fundepe, 2004, p. 77-112.

SEVERINO, A J. O projeto político-pedagógico? a saída para a escola. In: Para onde vai a escola? Revista de Educação da AEC, Brasília, DF (107), abril/jun.1998.

VEIGA, I.P.A. Projeto político-pedagógico: Continuidade ou transgressão para acerta?

In: CASTANHO, M.E.L.M.; CASTANHO, S. (Org). O que há de novo na educação superior: do projeto pedagógico à prática transformadora. Campinas: Papirus, 2000

VEIGA, I .A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva
In: VEIGA, I. P. A. (Org). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.